

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 50.685 - BA (2016/0106422-4)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
RECORRENTE : RONALDO CESAR MARANHÃO LAGE
ADVOGADO : RONALDO CESAR MARANHÃO LAGE (EM CAUSA PRÓPRIA) - RJ176909
RECORRIDO : ESTADO DA BAHIA
RECORRIDO : CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISA EM AVALIAÇÃO E SELEÇÃO E DE PROMOÇÃO DE EVENTOS
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. DESCLASSIFICAÇÃO DE CANDIDATO. DESCUMPRIMENTO DE REGRAS EDITALÍCIAS. CERTIDÃO NEGATIVA DA JUSTIÇA MILITAR. DOCUMENTOS INSERVÍVEIS PARA COMPROVAÇÃO: APRESENTAÇÃO DA CERTIDÃO NEGATIVA DA JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL. PREVALÊNCIA DOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA E DA LEGALIDADE. RECURSO ORDINÁRIO DO PARTICULAR DESPROVIDO, CONFORME PARECER DO MPF.

1. Trata-se de pedido liminar em Recurso Ordinário em Mandado de Segurança interposto por RONALDO CESAR MARANHÃO LAGE contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, assim ementado:

PROCESSUAL CIVIL AGRAVO REGIMENTAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. INSURGÊNCIA CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DENEGATÓRIA DO MANDAM S IMPETRADO CONTRA ATO DA BANCA EXAMINA ORA DO CERTAME QUE DESCLASSIFICOU O CANDIDATO POR NÃO APRESENTAÇÃO TEMPESTIVA DE DOCUMENTOS REQUISITADOS PREVIAMENTE NO EDITAL DO CERTAME. DESCUMPRIMENTO DO EDITAL, INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO À ISONOMIA E À LEGALIDADE, PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL. PRECEDENTES. AUSÊNCIA DE CERTEZA E LIQUIDEZ DO DIREITO POSTULADO LESÃO A DIREITO LÍQUIDO E CERTO NÃO VERIFICADA. NÃO CABIMENTO DO MANDADO DE SEGURANÇA. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

2. Em suas razões recursais, defende o recorrente o reconhecimento da ilegalidade do ato que o desclassificou do certame, ao argumento de que a ausência do documento especificado no edital não decorreu de má-fé, e sim de

interpretação distinta da cláusula editalícia. Defende que o texto da norma era dúbio, o que lhe fez entender ser exigida exclusivamente a certidão da Justiça Militar Estadual junto com o certificado de reservista e a certidão de nada consta da Justiça Federal.

3. Alega que a preterição do candidato por falta de documento, sem que tenha sido oportunizado prazo para sua regularização, é medida desarrazoada e desproporcional, diante da finalidade do próprio certame, que é a de selecionar os candidatos mais aptos ao cargo.

4. É o relatório.

5. A doutrina e jurisprudência pátrias são uníssonas em apregoar que, em homenagem aos princípios da moralidade, da isonomia e da vinculação ao instrumento convocatório, não se admite o tratamento diferenciado entre os candidatos. A propósito, confira-se:

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. CONCURSO PÚBLICO. CARTÓRIO. DEFICIENTE. NÃO OBSERVÂNCIA DO EDITAL. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE OU ABUSO DO ATO REPUTADO COATOR. PRINCÍPIO DA ISONOMIA. NÃO VIOLAÇÃO. PRECEDENTE. LAUDOS MÉDICOS POSTERIORES. NÃO PASSÍVEIS DE AFERIÇÃO NA VIA MANDAMENTAL. VEDAÇÃO AO CONTRADITÓRIO FÁTICO OU À DILAÇÃO PROBATÓRIA. PRECEDENTE. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO.

1. *Cuida-se de recurso ordinário interposto contra acórdão que denegou a ordem no mandado de segurança impetrado contra o indeferimento do pedido de inscrição de candidato de concurso público na condição de portador de deficiência. No caso, o edital exigia claramente que o atestado médico indicasse a CID - Classificação Internacional de Doença - específica, providência que não foi cumprida.*

2. *A ausência no cumprimento tempestivo de exigência de edital, como no caso em tela, não pode ser suprida judicialmente, uma vez que se traduz em tratamento desigual aos demais participantes do certame. Precedente: RMS 40.616/MG, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 7.4.2014.*

3. *Ademais, não seria possível apreciar o debate acerca da veracidade de laudos médicos supervenientes, nem da condição de*

saúde do impetrante em mandado de segurança, por demandar dilação probatória, obstada na presente via processual. Precedente: MS 18.966/DF, Rel. Ministro Castro Meira, Rel. p/ Acórdão Ministro Humberto Martins, Corte Especial, DJe 20.3.2014.

Recurso ordinário improvido (RMS 45.569/RS, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 24.6.2014).

2 2 2

ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL. APRESENTAÇÃO DE DIPLOMA. REQUISITO NÃO CUMPRIDO.

1. *A jurisprudência desta Corte Superior é no sentido de que o edital é a lei do concurso, cujas regras vinculam tanto a Administração quanto os candidatos, ou seja, o procedimento do concurso público é resguardado pelo princípio da vinculação ao edital.*

2. *O ora recorrente afirma que possui diploma de graduação em matemática e de especialização, lato sensu, em computação e é mestrando em engenharia de produção, o que foi confirmado pelo acórdão recorrido (fls. 281).*

3. *Para o cargo de Perito Criminal Federal/Área 3, ora pleiteado, o edital nº 24/2004 - DGP/DPF - Nacional exige diploma do curso de graduação em Análise de Sistemas, Ciências da Computação, Engenharia da Computação, Informática, Tecnologia de Processamento de Dados ou Sistemas de Informação.*

4. *Se o edital prevê o diploma do curso de graduação em determinadas áreas, esse deve ser o documento apresentado pelo recorrente. Seguindo esse raciocínio, se a impetrante-recorrente apresenta diploma em outro curso, que não o requerido, não supre a exigência do edital.*

5. *Agravo regimental não provido (AgRg no REsp. 1.307.162/DF, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 5.12.2012).*

6. *Observa-se que o edital do concurso exigia a apresentação da certidão da Justiça Militar (item 10.1.H do Edital, fls. 88). Contudo, o recorrente apresentou certidão da Justiça Militar Estadual.*

7. *A jurisprudência deste STJ é rigorosamente*

torrencial e uniforme quanto à obrigatoriedade de se seguir fielmente as disposições editalícias como garantia do princípio da igualdade, sem que isso signifique qualquer submissão a exigências de ordem meramente positivistas. Eis alguns exemplares:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. INEXISTÊNCIA DE ARGUMENTOS APTOS A REFORMAR A DECISÃO AGRAVADA. CONCURSO PÚBLICO. CARGO DE PERITO MÉDICO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. DIREITO À POSSE. EXIGÊNCIA DE RESIDÊNCIA MÉDICA E/OU DE TÍTULO DE ESPECIALIZAÇÃO PREVISTA NO EDITAL. ART. 9º., § 1º., DA LEI 10.876/2004. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO.

1. *Se a Lei 10.876/2004, que criou a carreira de Perícia Médica da Previdência, previu a possibilidade de o regulamento estipular outros requisitos para ingresso no cargo, válida a exigência, constante do edital do certame, de que o candidato apresente certificado de residência na área ou de especialista. Precedente.*

2. *A jurisprudência desta Corte Superior é no sentido de que o edital é a lei do concurso e de que suas regras obrigam tanto a Administração quanto os candidatos, em atenção ao princípio da vinculação ao edital.*

3. *Na espécie, correta a denegação da segurança pela instância ordinária, visto que não foram comprovadas a liquidez e a certeza do direito invocado pelos candidatos.*

4. *Agravo regimental improvido (AgRg no REsp. 1.124.254/PI, Rel. Min. SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJe 29.4.2015).*

2 2 2

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. EDITAL. REQUISITOS PREVISTOS E NÃO CUMPRIDOS. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE.

1. *Hipótese na qual as recorrentes buscam a realização de sua contratação temporária, obstada em razão do não preenchimento de requisito previsto no edital do certame, segundo o qual não podem ser contratados aqueles que já o foram nos 24 meses que precedem o concurso.*

2. *É firme a jurisprudência desta Corte Superior*

no sentido de que o edital é a lei do concurso, cujas regras vinculam tanto a Administração quanto os candidatos.

3. Ausente impugnação ao instrumento convocatório no momento oportuno, inviável a presente via para contestar as regras ali estabelecidas, ainda mais quando o foram com respaldo na legislação aplicável à espécie, diga-se, a Lei estadual 10.954/93.

4. Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no RMS 43.065/PE, Rel. Min. OG FERNANDES, DJe 5.12.2014).

2 2 2

ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. CARGO DE ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO - TECNÓLOGO EM INFORMÁTICA EDUCATIVA. CANDIDATOS COM FORMAÇÃO DIVERSA DA PREVISTA NO EDITAL. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO DIREITO LÍQUIDO E CERTO.

1. A jurisprudência do STJ é no sentido de que o edital é a lei do concurso, pois suas regras vinculam tanto a Administração quanto os candidatos. Assim, o procedimento do concurso público fica resguardado pelo princípio da vinculação ao edital.

2. Na hipótese dos autos, o Tribunal a quo consignou que os candidatos Cristiano Rodrigues Ilário, Felipe Rodrigues Barbosa, Heloneida Camila Costa Coelho e Rosineide Silva Campos, possuem formação em área diversa, e não superior, ao previsto no edital do certame.

3. Como bem destacado pelo Parquet federal no seu parecer, adotado como razão de decidir, "é certo que o edital de regência do concurso exigiu, expressamente, como requisito de investidura no cargo pretendido pela impetrante a apresentação de certificado de conclusão do curso em tecnologia em informática educativa. No entanto, é inconteste que os impetrantes, ao serem convocados para apresentar os documentos necessários à nomeação, juntaram diploma de curso de tecnologia em rede de computadores, diverso do exigido ao exercício do cargo" (fl. 304).

4. Desse modo, ausente violação ao direito líquido e certo.

5. Agravo Regimental não provido (AgRg no RMS 45.373/AP, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 28.11.2014).

8. Ante o exposto, nega-se provimento ao Recurso

Superior Tribunal de Justiça

Ordinário do Particular.

9. Publique-se.

10. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 31 de março de 2020.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR